



INCLUSÃO DE ALUNOS DE CLASSES SOCIAIS MENOS FAVORECIDAS NO ENSINO SUPERIOR

Autora: Suely Aragão Azevêdo Viana;
Co-autor: Carlos Eduardo Santos Viana;
Co-autora: Aureliana da Silva Tavares;
Orientador: Prof. Dr. Wilson Honorato Aragão

Universidade Federal da Paraíba – UFPB
Email: suzinhaazevedo85@gmail.com

RESUMO

Desde o primeiro mandato de presidência no Brasil de Luiz Inácio Lula da Silva, estamos vivenciando um período de diversas reformas relacionadas ao ensino superior. No qual constatamos transformações no direcionamento das políticas que promovem o acesso aos cursos de graduação no Brasil através de alguns programas como, Universidade para Todos, Universidade Aberta do Brasil, Fundo de Financiamento Estudantil, e o Sistema de Cotas para grupos que vivem em condições de vulnerabilidade social, como os negros, índios, pessoas com deficiência e de classes econômicas desfavorecidas. Ao observar a dificuldade do alunado durante sua vida acadêmica, quando os mesmos necessitam realizar pesquisas com teor científico e até mesmo durante o estudo de algumas disciplinas que requer conhecimento que deveriam ter sido adquiridos durante o Ensino Básico, surgiu então o interesse pela temática, justificando assim a referida pesquisa. Nessa perspectiva, este estudo teve como objetivo verificar na literatura as políticas públicas de inclusão dos alunos de classes sociais menos favorecidas no Ensino Superior apesar das fragilidades que estes apresentam com relação aos conteúdos que deveriam ter sido aprendidos na Educação Básica. Foi um estudo exploratório-bibliográfico, o qual proporciona maior familiaridade com o problema a ser explicitado. Portanto, conclui-se afirmando que para a meta 12 do Plano Nacional de Educação em vigência ser cumprida é necessário sim ampliar o número de vagas nas instituições de ensino superiores tanto públicas quanto privadas, porém não podemos esquecer que o essencial é a qualidade dos profissionais que devemos formar.

Palavras-chave: Políticas Educacionais, Ensino Superior, Inclusão social.

1 INTRODUÇÃO

O progresso da educação básica durante a última década vem apresentando avanços significativos. O acesso à escola de base tem efetivamente progredido em todas as regiões do País, graças aos esforços dos Estados, que têm priorizado o desenvolvimento da educação em seus investimentos. No entanto, este acesso à escola, na maioria dos casos, não possui relação com a melhora na qualidade de ensino-aprendizagem, pois um grande número de crianças ainda sai da escola sem ter adquirido os conhecimentos e competências necessárias para sua integração social e profissional.

Pereira e Silva (2010) relatam que desde o primeiro mandato de presidência no Brasil de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, estamos vivenciando um período de diversas reformas

relacionadas ao ensino superior. No qual constatamos transformações no direcionamento das políticas que promovem o acesso aos cursos de graduação no Brasil através de alguns programas como, ProUni – Universidade para Todos, Reuni – Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, a UAB – Universidade Aberta do Brasil, FIES – Fundo de Financiamento Estudantil, e o Sistema de Cotas para grupos que vivem em condições de vulnerabilidade social, como os negros, índios, pessoas com deficiência e de classes econômicas desfavorecidas. Grupos esses, que por razões históricas, econômicas e culturais não tiveram a oportunidade de acesso à educação básica e superior. Com isso, as políticas públicas e as ações governamentais de inclusão educacional representam a democratização do acesso ao sistema superior de ensino.

As instituições de ensino superior, segundo Pereira e Silva (2010) constituem uma base importante para o crescimento econômico, tendo em vista que são responsáveis pelo processo de formação dos cidadãos futuros, assim como pela preparação das capacidades técnicas de nível elevado que são cobradas devido à demanda existente na sociedade, ou seja, a educação universitária assume a responsabilidade de formar profissionais competentes para o mercado de trabalho, como também produzir conhecimento e socializá-lo.

Segundo Aveiro (2015), as pesquisas realizadas pelo Banco Mundial relativo às crises que atingem o sistema superior de ensino têm destacado algumas questões, entre elas o acesso de grupos sociais menos privilegiados, tais como mulheres e estudantes de zonas rurais.

É justamente este público, que se encontra a margem da sociedade ou do acesso a educação, que necessita da inclusão na sociedade por meio de programas de inclusão social. A inclusão social é um termo amplo, utilizado em contextos diferentes, em referência a questões sociais variadas. De modo geral, o termo é utilizado ao fazer referência à inserção de pessoas com algum tipo de deficiência às escolas de ensino regular e ao mercado de trabalho, ou ainda, a pessoas consideradas excluídas, que não tem as mesmas oportunidades dentro da sociedade, por motivos como condições socioeconômicas, gênero, raça e falta de acesso por diversos outros fatores.

A sociedade inclusiva, segundo Aveiro (2015) é conhecida por propor a todos uma aceitação e valorização das suas diversidades atreladas à organização do atendimento às necessidades de cada cidadão (ã), seja ele (a) privilegiado ou marginalizado.

Tomando como base o diagnóstico de crise, a Lei 13.005/14 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, elege como meta de número 12 a elevação do quantitativo de pessoas na faixa etária entre 18 e 24 anos matriculados no ensino superior, e para tanto cria como estratégia de número 12.9 a ampliação da “participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma de lei” (BRASIL, 2015, p. 14).

Ainda de acordo com o PNE, é possível observar que o mesmo apresenta em seu Art. 2 suas diretrizes, o qual diz que além da universalização do atendimento escolar também se faz necessário à melhoria da qualidade da educação, ou seja, não adianta apenas aumentar os dados quantitativos relacionados ao ensino, e sim o qualitativo.

Neste contexto, a análise das políticas governamentais aplicadas no ensino superior é de extrema importância, pois permitem afirmar que o crescimento do acesso à universidade impõe alguns desafios qualitativos e ainda, inclusão aos gestores e aos demais profissionais envolvidos na educação universitária.

Atualmente existem diversos estudos a fim de melhor examinar o cenário da educação do país, mas em geral, ou têm como alvo a educação básica, ou têm como propósito analisar especificamente o ensino superior. Pouco se encontra na literatura acerca da relação entre o desempenho do aluno na educação básica com a escolha da profissão no ensino superior.

A fragilidade do ensino na Educação Básica é um problema que ocorre há décadas, especialmente nas instituições públicas do nosso País, sendo este fato refletido no ensino superior, uma vez que alguns alunos chegam até esta etapa com um grande déficit de conhecimento nas disciplinas do núcleo comum como português e matemática, o que dificulta o processo de ensino-aprendizagem.

Ao observar a dificuldade do alunado durante sua vida acadêmica, quando os mesmos necessitam realizar pesquisas com teor científico e até mesmo durante o estudo de algumas disciplinas que requer conhecimento que deveriam ter sido adquiridos durante o Ensino Básico, surgiu então o interesse pela temática, justificando assim a referida pesquisa.

Nessa perspectiva, este estudo teve como objetivo verificar na literatura as políticas públicas de inclusão dos alunos de classes sociais menos favorecidas no Ensino Superior apesar das fragilidades que estes apresentam com relação aos conteúdos que deveriam ter sido aprendidos na Educação Básica.

A partir desta contextualização, se torna de grande relevância o desenvolvimento desta pesquisa, uma vez que permite investigar e analisar as interferências que a Educação Básica traz para o alunado de Cursos de Graduação.

2 METODOLOGIA

Foi um estudo exploratório-bibliográfico, o qual proporciona maior familiaridade com o problema a ser explicitado. Envolve levantamento bibliográfico definido por diversos estudiosos, como sendo aquele que se desenvolve a partir da tentativa de resolução do problema, através dos referenciais teóricos encontrados em livros, revistas indexadas, periódicos correntes, artigos de meios eletrônicos e literatura afim. Quanto aos procedimentos técnicos, tratou-se de uma pesquisa bibliográfica, sendo elaborada com base em material já publicado com o objetivo de analisar posições diversas em relação a determinado assunto (ALVES, 2012).

Para sua operacionalização, obedecemos aos seguintes passos:

1. localização e seleção das fontes bibliográficas relevantes para o estudo, as quais consistiram em livros, artigos científicos e publicações de órgãos oficiais que versam sobre a temática em análise. Os artigos científicos foram apreendidos na Base de Dados Scientific Electronic Libray Online (SciELO) por meio dos seguintes descritores: Políticas Educacionais, Ensino Superior, Inclusão social;
2. leitura e reflexão crítica das fontes literárias ora selecionadas;
3. construção do trabalho.

Foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: textos na íntegra disponível on-line e textos completos em livros e periódicos. A coleta dos dados foi compreendida no período de maio a agosto de 2016.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação no Brasil, mesmo apresentando avanços significativos relacionados à garantia de acesso e a qualidade do ensino ainda encontra-se bastante fragilizada (SILVA; ZENAIDE, 2008).

A educação é dividida em educação básica e educação superior. No qual a educação básica é composta pelo ensino infantil, fundamental e médio. E a educação superior são os cursos de graduação que permite ao indivíduo uma profissão. Os ensinamentos devem ser ministrados em escolas e instituições de ensino superior respectivamente (DIAS, 2015; AVEIRO, 2015).

A escola como instância formadora, constitui desafios, que a sociedade vai apresentando ao sujeito e, é na necessidade, na mediação e na vivência desses papéis que o indivíduo constrói sua identidade pessoal e social e adquire seus ideais de ética e de cidadania. É na escola também que são definidos: quem faz, o que faz, onde faz, porque faz e como faz nos contextos socioculturais (RODRIGUES; RODRIGUES, 2015, p. 2-3).

A partir de tal reflexão, podemos afirmar que é na escola onde o aluno adquire conhecimentos científicos e desenvolve sua capacidade crítica sobre determinados assuntos, para tanto é de extrema relevância a participação do professor que atua na educação básica, uma vez que esta fase auxiliará o discente a escolher qual área e profissão seguirá durante o estudo no ensino superior.

Ao iniciarmos uma abordagem sobre a educação brasileira, ressaltamos que só em meados do século XX foi que o processo de expansão da escolarização básica no país começou, e o seu crescimento, em termos de rede pública de ensino, se deu entre os anos de 1970 e 1980 (AVEIRO, 2015).

Apesar da Constituição Brasileira de 1934, declarar que a educação é direito de todos os cidadãos, e na Emenda Constitucional de 1969 esse direito ser assegurado mais uma vez, e incluindo nela também as instituições privadas, só em 1988 com a nova Constituição Brasileira, em seu Art. 225 foi que determinou-se que a educação seria direito de todos e cabendo ao Estado e a família serem responsáveis, objetivando a cidadania e capacitação profissional de todos os indivíduos.

Dias (2015) relata que de acordo com a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/96, a legislação é contraditória quando afirma que todos os cidadãos têm direito a educação de forma obrigatória e gratuita, pois o ensino fundamental é a única fase elegida como obrigatória.

Com a Emenda Constitucional nº 14 de 1996, em seu Inciso II, o ensino médio passou a ser também de obrigatoriedade do Estado e de forma gratuita.

A LDB, em seu art. 22 (p. 09), diz que “a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

Apesar da existência de uma política educacional que abrange diversos fatores e protege o direito do cidadão a educação, na prática o que observamos é a fragilidade no ensino básico, sendo este o principal fator negativo para a profissionalização do indivíduo (SILVA; ZENAIDE, 2008).

Rodrigues; Rodrigues (2015) afirmam que a má qualidade da educação, não é apenas um problema isolado, e sim abrange todos os setores, uma vez que o social e trabalhista também sofrem interferência, pois o indivíduo que não obteve conhecimentos científicos advindos do ensino básico, em sua grande maioria não consegue se sobressair na área trabalhista, uma vez que o mesmo possui dificuldade intelectual para se capacitar.

Machado (2007, p. 279) diz que a má qualidade da educação está interligada às políticas educacionais, pois “nenhuma política educacional pode produzir resultados positivos sem uma integração orgânica entre os diversos níveis de ensino, particularmente entre a Educação Básica e o Ensino Superior”.

Fator este que pode ser observado no nível de educação superior, uma vez que com a popularização das instituições de ensino privado a população menos desprovida de condições financeiras e sociais passaram a realizar cursos de graduação em tais locais. No entanto, Tavares (2003) diz que muitos destes discentes possuem dificuldades durante sua vida acadêmica em consequência ao déficit de conhecimento que deveria ter sido adquirido durante o ensino básico.

Diante do exposto, Oliveira (2001, p.74) diz que

A Inclusão não é simplesmente inserir uma pessoa na sua comunidade e nos ambientes destinados a sua educação, saúde, lazer e trabalho. Incluir implica em acolher a todos os membros de um dado grupo, independente de suas peculiaridades; é considerar que as pessoas são seres únicos diferentes uns dos outros, e, portanto sem condições de serem categorizadas.

Machado (2007) diz que apesar de ser comprovado cientificamente que o desempenho do aluno da educação básica influencia na qualidade deste no ensino superior, um curso no qual recebe alunos com formação prévia deficiente pode realizar um excelente trabalho.

Tavares (2003) ainda relata que pessoas de classe social média-alta estudam o ensino básico em rede privada com o intuito de preparar-se para a universidade pública, enquanto que estudantes de baixa classe cursam o ensino básico em rede pública e quando consegue ingressam no ensino superior privado com o auxílio de benefícios sociais.

Assim, é de grande importância não só ampliar o acesso dos indivíduos ao ensino superior; é essencial que a expansão do sistema educacional verificadas nos anos recentes sejam acompanhadas por políticas que permitam melhorias na qualidade do ensino, para que possamos formar profissionais mais qualificados e capacitados para o mercado de trabalho, visto que este é o principal objetivo do ensino superior.

4 CONCLUSÃO

A sociedade em geral, vive uma fase de mudanças com relação ao conhecimento. As formas utilizadas para ensinar e aprender estão se transformando.

A interferência da qualidade da Educação Básica na formação científico-pedagógica de alunos que pertencem a classes sociais menos favorecidas no Ensino Superior é um assunto ainda pouco debatido e estudo, porém de grande relevância, uma vez que o desenvolvimento do aluno de graduação depende do seu grau de conhecimento adquirido nos anos iniciais de seus estudos.

Diante do exposto, se faz necessário um investimento sério na comunidade acadêmica para receber e conviver com alunos de classes sociais menos favorecidas, um trabalho sistemático de acompanhamento aos professores, à redução de alunos por turmas para permitir uma assistência mais individualizada, uma efetiva campanha educativa junto à sociedade, que conduza à conscientização sobre a problemática vivida por essa clientela, visando à quebra de tabus e preconceitos presentes no contexto educacional e na sociedade de forma geral.

Portanto, conclui-se afirmando que para a meta 12 do Plano Nacional de Educação em vigência ser cumprida é necessário sim ampliar o número de vagas nas instituições de ensino superiores tanto públicas quanto privadas, porém não podemos esquecer que o essencial é a qualidade dos profissionais que devemos formar.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria da Piedade. **Metodologia Científica**. São Paulo: Escolar Editora, 2012.

AVEIRO, Jorge Fernando Hermida. **A Reforma Educacional no Brasil (1988-2001):** processos legislativos, projetos em conflitos e sujeitos históricos. 04 mar. 2002. 428f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 04 mar. 2002. Disponível em: <file:///C:/Users/suely/Downloads/AveiroJorgeFernandoHermida.pdf>. Acesso em: 30 out. 2015.

BRASIL/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <<http://www.amperj.org.br/store/legislacao/constituicao/crfb.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

BRASIL/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Emenda Constitucional nº 14, de Setembro de 1996**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc14.htm>. Acesso em: 15 nov. 2015.

BRASIL/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Aceso em 15 nov. 2015.

BRASIL/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 13.005 de junho de 2014**. Aprova o PNE e dá outras providências. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/125099097/lei-13005-14>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

DIAS, Adelaide Alves. Da educação como direito humano aos direitos humanos como princípio educativo. In: SILVEIRA, R. M. G. (Org.). **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2007.

MACHADO, Nilson José. Qualidade de educação: cinco lembretes e uma lembrança. **Estudos Avançados**. vol. 21, n. 61. São Pulo, Set/Dez. 2007.

OLIVEIRA, Antonia Soares Silveira e. **Educação inclusiva, utopia possível: uma leitura psicopedagógica de crianças/adolescentes com dificuldades de aprendizagem**. 2001. 148f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/Trabalho/Downloads/186341.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2016.

PEREIRA, Thiago Igrassia; Silva, Luís Fernando Santos Correa da. **As políticas públicas do ensino superior no governo Lula: expansão ou democratização?** **Revista Debates**. Porto Alegre, v. 4, n.2, 2010.

RODRIGUES, Janine Marta Coelho; RODRIGUES, Silvestre Coelho. **Formando docentes numa perspectiva ética e cidadã.** Disponível em:

<http://www.afirse.com/archives/cd11/GT%2006%20-%20POL%C3%8DTICAS%20E%20PR%C3%81TICAS%20DE%20FORMA%C3%87%C3%83O%20DE%20PROFESSORES/54_formando%20docentes.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2015.

SILVA, Margarida Sônia Marinho do Monte; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Plano de Ação em Educação em e para Direitos Humanos na Educação Básica. In: ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares et al. **Direitos Humanos:** capacitação de educadores. João Pessoa: Editora UFPB, 2008. Módulo II, p. 101-109.

TAVARES, José. **Formação e Inovação no Ensino Superior.** Portugal: Porto Editora LDA, 2003.



